

A teoria da dependência 30 anos depois

Luiz Carlos Bresser-Pereira

Resumo da intervenção do prof. Luiz Carlos Bresser Pereira (FGV-SP) no seminário “A Teoria da Dependência 30 Anos Depois”, patrocinada pelo Instituto de Estudos Avançados da USP, São Paulo, junho 1998.

Insisti com os organizadores para que o Theotônio dos Santos, que está previsto para a próxima mesa, participe também desta porque quero debater não apenas com o Faletto mas também com ele a teoria da dependência. Como ministro sou com frequência convidado a participar de conferências, mas somente aceito quando há a oportunidade de debates. Discursos formais de abertura não fazem sentido para mim.

Estamos aqui discutindo a teoria da dependência, e temos um texto brilhante do Faletto situando as ideias no momento em que elas foram desenvolvidas. A teoria da dependência é uma análise do desenvolvimento e do subdesenvolvimento situada nos anos 60 e 70. Depois da Grande Crise dos anos 80 a teoria deixou de ter poder explicativo para as novas realidades, mas isto não significa que não exista mais a dependência das nações. Esta dependência, entretanto, assumiu novas formas.

A teoria da dependência foi dominante nos anos 70 porque apresentava uma explicação convincente para as relações então vigentes entre os países desenvolvidos e os em desenvolvimento. O que diz ela? Sempre prefiro chamá-la de “teoria da nova dependência”. É necessário fazer-se a distinção entre teoria do imperialismo e teoria da nova dependência. A palavra “nova” tem importância para distingui-la com clareza da teoria do imperialismo. Para não ficarmos com a ideia de que a teoria da dependência é a teoria do imperialismo vista sob o ângulo dos dominados. Ou seja, se a teoria da dependência apenas for um complemento da teoria do imperialismo, para que serviriam todas aquelas ideias desenvolvidas com tanta argúcia na segunda metade dos anos 60, ideias que surgiam em função da conjuntura que Faletto tão bem discutiu? Afinal, já havia as teses de Lenin, Rosa de Luxemburgo; bastaria, pois, aplicar essa teoria geral à realidade concreta. E manter a oposição entre a teoria do imperialismo e a teoria da modernização, como duas explicações alternativas para o desenvolvimento e o subdesenvolvimento. A teoria da nova dependência só foi nova porque pretendeu ser uma terceira alternativa, porque pretendeu explicar as novas características da dependência. Porque demonstrou que nem a teoria da modernização nem a do imperialismo, inclusive a sua subsidiária cepalina - a teoria do centro-periferia de Prebisch - não eram adequadas para explicar as relações entre os países desenvolvidos e os em desenvolvimento.

É por isso que tenho dificuldade em situar Theotônio dos Santos como um verdadeiro adepto da teoria da dependência, pois ele é mais um defensor da teoria renovada do imperialismo do que da teoria da nova dependência. Enquanto Faletto, Fernando Henrique e muitos outros estávamos identificados com a teoria da nova dependência, na medida em que explicitamente negávamos poder explicativo da realidade de então à abordagem imperialista.

O que a teoria da dependência criticava? Faletto falou muito rapidamente em crítica à perspectiva “desenvolvimentista”; prefiro chamar essa perspectiva de “interpretação nacional-burguesa”, ou de “interpretação cepalina” da América Latina. É uma interpretação baseada na “teoria centro-periferia” de Prebisch, combinada com ideias de Keynes, Lenin e Marx. Essa interpretação, dominante no final dos anos 40 e nos anos 50, era fortemente tributária da teoria do imperialismo, pois explicava nosso desenvolvimento a partir da teoria da exploração imperialista provocada pela divisão internacional do trabalho, pelo intercâmbio desigual entre os países, etc.. Esta explicação, embora limitada, tinha, entretanto uma enorme importância: justificava a necessidade de industrialização com apoio do Estado; estabelecia as bases para um projeto de afirmação nacional.

É contra essa versão atualizada da teoria do imperialismo que uma série de trabalhos foram feitos nos anos 60 - trabalhos que iriam constituir a teoria da nova dependência, e que teriam como expressão maior o livro do Fernando Henrique e do Faletto. Estas ideias desenvolveram-se principalmente no Chile. Eu não estava lá, mas me engajei no debate. Eu tinha uma formação isebiana, uma formação semelhante à dos comunistas com relação à industrialização, embora eu nunca tenha pertencido ou me aproximado do Partido Comunista. Eu tinha uma visão nacional-burguesa da industrialização brasileira, da aliança dos trabalhadores com a classe média e com os empresários. E de repente veio a crise econômica e política dos anos 60. E logo em seguida, no Brasil, o golpe de Estado de 64.

O golpe militar teve como decorrência uma violenta crítica aos que defendiam aquelas posições nacional-desenvolvimentistas, como o Partido Comunista, o ISEB e a própria CEPAL de Prebisch. Quem liderou essa crítica foi o Caio Prado Júnior, naquele trabalho tão brilhante quanto equivocado (“A Revolução Brasileira”, de Caio Prado Júnior, 1965). Com ele surgia uma interpretação ressentida da crise latino-americana e brasileira, que atribuía a derrota das esquerdas ao fato de terem aceito a ideia de se associarem à classe capitalista para promoverem a industrialização

Na verdade, a interpretação nacional-burguesa deixara de ter validade porque uma série de fatos novos mudaram o quadro e levaram os países desenvolvidos a investir na indústria dos países em desenvolvimento. Hélio Jaguaribe, em trabalhos que levaram ao seu afastamento do ISEB, percebeu este fato ainda no final dos anos 50. Mostrou que o capital estrangeiro estava entrando em massa no Brasil e promovendo a industrialização).

Na segunda metade dos anos 50 aconteceram uma série de fatos novos, que eu analisei pela primeira vez ainda em 1960, e que tornaram superada a teoria do centro-periferia: vitória da revolução em Cuba, a entrada do capital estrangeiro desmentindo a ideia de que as multinacionais eram contra a industrialização do Brasil, o acirramento da luta sindical, etc. - fatos que mas não mostravam que o ISEB, os comunistas e os cepalinos houvessem errado em sua análise anterior; mostravam apenas que esta análise perdera validade diante dos fatos novos que mudaram a situação.

Quem percebeu essa mudança de forma mais brilhante foram o Fernando Henrique e o Faletto. Disseram, essencialmente: o mundo mudou, nós continuamos dependentes, o imperialismo continua existindo, mas temos que admitir que as coisas são diferentes agora. O capital estrangeiro é a favor da industrialização brasileira, não é contra; mas promove uma industrialização distorcida. Suas consequências distorcidas são duas: promove o autoritarismo e estimula a concentração de rendas. Faletto fez aqui um retrospecto histórico; não buscou definir novamente a dependência. Mas em seu trabalho ele nos diz como é complexo o processo de superação da dependência: o desenvolvimento industrial, que havia sido concebido como uma oportunidade da criação de uma indústria nacional, implicava a maior dependência de insumos externos, e muito frequentemente de financiamentos. Além disso, ele assinalou que estava se produzindo a reorganização internacional de capitais, havendo uma certa transferência desses capitais do centro para a periferia. O fato significativo era que as próprias corporações internacionais atuavam como investidores na indústria. A associação dos empresários estrangeiros com os nacionais passou a ser evidente. Essa percepção está no centro da nova teoria da nova dependência. Nova porque implicava em associação de empresários nacionais com multinacionais para industrializar o país; nova porque leva a graves distorções políticas e na distribuição de renda.

Qual a relevância hoje da teoria da dependência? Em termos de projeto de futuro ela é muito interessante como uma análise histórica. Tivemos três interpretações fundamentais sobre o Brasil e a América Latina. Primeiro a interpretação centro-periferia, identificada com Prebisch e Furtado, segundo a interpretação da nova dependência, de Fernando Henrique e Enzo Faletto. Com a crise dos anos 80 foi necessária uma nova interpretação. No meu livro *Crise Econômica e Reforma do Estado no Brasil*, de 1996, proponho que a interpretação que é relevante hoje para a América Latina é a “teoria da crise do Estado”. Há uma crise muito clara – a crise fiscal. O Estado sempre foi o ator estratégico, foi com ele que sempre contamos para construir o futuro. No momento em que reconheço que existe uma crise no Estado preciso reconstruí-lo. Ou, mais precisamente, a sociedade civil democrática precisa se transformar no ator que reconstruirá o Estado. Não vamos acabar com o Estado, nem podemos pensar num Estado mínimo. Se há uma crise do Estado, temos que reconstruí-lo. Esse é o grande desafio que temos diante de nós.

Certa vez, quando eu Secretário do Governo de São Paulo (1986), um economista estrangeiro, conservador e frio, disse-me: “nós do Primeiro Mundo não precisamos dos países da América Latina: não precisamos mais de suas matérias-primas, seu

mercado é marginal, nunca precisamos de sua mão-de-obra. Eu fiquei indignado, mas não adotei uma atitude, que chamaria “dependente”, de tentar convencê-lo de que estava errado. Respondi simplesmente: “Não estou interessado em saber se vocês precisam de nós. Quero saber se serão capazes de competir conosco, porque nós vamos competir com vocês”.

Concluindo, devemos construir nossa capacidade nacional. Temos interesses comuns mas também conflitantes com os países do Primeiro Mundo. Há muita gente no Brasil construindo nossa capacidade, promovendo nosso desenvolvimento e nossa afirmação nacional. Mas devemos ter claro: a construção da nossa capacidade significa reconstruir o Estado, o Estado latino-americano, nos quadros de uma sociedade democrática. Aprofundar a democracia e reconstruir o Estado são as nossas duas grandes tarefas nacionais.

Resumo da nova intervenção do prof. Bresser Pereira

O Gabriel Cohn disse que a teoria da dependência tem duas contribuições fundamentais: a percepção do desenvolvimento como uma articulação a dinâmica histórica e dialética entre as classes sociais e as nações; e a afirmação que dependência e o desenvolvimento são compatíveis. Estas duas ideias são de fato centrais, porque, no momento em que foram apresentadas, eram ideias novas, que caracterizavam uma nova interpretação do desenvolvimento latino-americano.

O Faletto disse que a reflexão sobre a dependência era uma reflexão sobre a possibilidade da revolução. Nos anos 60 - antes de 64 - vivíamos com a esperança do socialismo e, depois do golpe de Estado no Brasil, com a indignação contra a ditadura. O Chile vivia com a ideia do socialismo democrático. Ou seja, a ideia da revolução estava na cabeça de todos nós. O que há de particular no livro de Fernando Henrique e Faletto não é ser contra ou a favor da revolução, mas a tese bem desenvolvida de que é possível haver desenvolvimento sem revolução, é possível haver desenvolvimento na dependência. O Theotônio achava que não, como o Rui Mauro Marini, por isso tenho dificuldade em situá-los dentro da teoria da dependência. Mas quero assinalar que considero inaceitável que um artigo em resposta a uma crítica semelhante a esta que estou fazendo não seja publicado na mesma revista que publicou a crítica.

Mas vejamos o que sucedeu depois: a Grande Crise dos anos 80 na América Latina, o fim do Estado desenvolvimentista, o colapso dos regimes no Leste Europeu (que eu jamais considere como socialistas, e sim como estatistas), a decadência do estatismo em todas suas formas. Neste quadro, há algumas perguntas óbvias: a revolução é ainda uma alternativa possível? Existe uma alternativa à organização mundial do capitalismo? Parece claro que neste momento não há uma alternativa para o capitalismo. Mas esse capitalismo é necessariamente concentrador e leva sempre à exclusão social, ou ele pode nos levar para uma sociedade melhor?

É certo que o mundo nunca viveu um período de tanta concentração de riqueza e de tanta exclusão social. Mas, nunca teve tanta democracia. Nos últimos 25 anos houve uma concentração de rendas substancial na América Latina. Mas daí se pode dizer que a exclusão só faz aumentar, como é comum ouvirmos. O que é a exclusão? Ela pode ser pensada em termos políticos e econômicos. Em termos políticos ela se traduz em ditadura. Ora, na América Latina o que ocorre nos últimos anos foi exatamente o inverso: embora possamos melhorar muito nossos regimes políticos, caminhamos em direção à democracia. Do ponto de vista econômico, não obstante a concentração de renda ocorrida no período e a miséria ainda existente em vastos setores, se comparamos com a situação dos anos 60, todos índices sociais são melhores: maior esperança de vida da população, maior índice de alfabetização, menor mortalidade, melhores índices sanitários. Houve, portanto, avanços no plano político e econômico. Vamos nos dar por satisfeitos? Não. Temos que criticar tudo o que está errado na América Latina, assim como creio ter sido o primeiro, no Brasil, ainda em 1990, a criticar o chamado consenso de Washington. Temos de impor a nossa própria agenda diante dos países centrais. Face a eles nossa posição é a da defesa de nossos interesses. O que a teoria da dependência dizia é que era possível desenvolver nossos países sem revolução, mesmo porque a revolução nem naquela época era fácil. Assim, o que aquela teoria proclamou é que era possível construir um mundo melhor para nós. Portanto, a teoria da dependência nos ajudou a sair daquele túnel em que estávamos depois do golpe de Estado de 1964. Hoje não estamos em um túnel, mas temos dois desafios pela frentes: aprofundar a democracia e reconstruir o Estado.